
16. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA GRUPOS COMUNITÁRIOS NO BAIXO SÃO FRANCISCO: TENSÕES ENTRE AJUSTAMENTO E RESISTÊNCIAS

Marina de Carvalho Oliveira¹
Joemilly Nunes do Nascimento²
Marcelo de Almeida Ferreri³

O problema da escolarização a partir do impacto socioambiental

O presente trabalho propõe o tratamento das políticas públicas para escolarização no território do Baixo São Francisco sergipano a partir de uma ótica diferenciada, pouco usual para refletir sobre as questões desse campo: a do impacto socioambiental. Tal proposta leva em conta que a educação mobiliza diferentes ações estatais que afetam grupos comunitários e causam severas alterações nos modos de vida local, sobretudo no que diz respeito a crianças e adolescentes deste território, que se encontram na condição de alunos nas escolas ribeirinhas. Em geral, as reflexões sobre impacto socioambiental tratam de efeitos sofridos pelos povoados em termos de sustentabilidade de seus modos de vida, provenientes de mudanças advindas do incremento do desenvolvimento econômico, sem considerar a participação das políticas educacionais nesta conjuntura. Pretendeu-se aqui indicar um quadro que mostrasse as tensões vividas por grupos locais perpassados por amplos processos de transformações socioculturais, mediante seus esforços de ajustamento e/ou reação aquilo que desses processos lhes chegam pelo campo da educação.

Como ponto de partida dessa reflexão, cabe esclarecer que se entende impacto socioambiental, conforme a visão de Mendonça Filho & Carvalho (2016), enquanto distância entre os objetivos projetados e respectivas ações executadas por operadores institucionais (poder público e organizações corporativas) de um lado, e os efeitos específicos dessas ações,

¹ Graduanda em Psicologia/UFS. E-mail: maa.aah@hotmail.com

² Graduanda em Psicologia/UFS

³ Professor do Departamento de Psicologia/UFS. E-mail: marceloferreri@uol.com.br

observados do ponto de vista da sustentação das sociabilidades locais existentes, por outro. Diante disso, antes que se suponha ajustamento e resistências respectivamente como redução e aumento dessa distância quanto aos termos da relação, toma-se ambos como movimentos distintos, mas que terminam mesmo por afirmar a efetividade do impacto, cada um a seu modo.

Assim, resistência evidencia tensões da relação entre povoamentos e ações institucionais na medida em que se alteram mais lentamente as condições peculiares do modo de vida local, em que a perda da autonomia da comunidade ocorre de forma mais dura, chegando, às vezes, a conotar alguma forma de apropriação por esta última. Ajustamento, por sua vez, aponta uma absorção mais rápida dos preceitos institucionais pela comunidade local, ainda que o distanciamento entre essas normas e o modo de vida apresente demasiada proeminência.

Nesse sentido, o reconhecimento de práticas cotidianas de socialização, de reprodução das tradições, crenças e valores dos modos de vida locais é minimizado em favor de apontamentos provenientes de estudos estatísticos, que orientam ações assistenciais dirigidas por instâncias governamentais ou de grandes corporações e, muitas vezes, diretamente por agências multilaterais. Assim, caracterizado o impacto socioambiental, os modos de vida da região em foco, vem sendo cada vez mais regulamentados e supervisionados pelos complexos institucionais, principalmente na figura dos órgãos estatais.

Tratou-se, portanto, de aprofundar a observação a respeito de conflitos regionais provenientes especificamente do incremento de ações governamentais dirigidas à vida ribeirinha do São Francisco com vistas ao aumento de índices educacionais, configurando um campo de tensões no qual as comunidades, em geral entendidas como demandantes da ação do poder público, precisam, por sua vez, realizar esforços múltiplos para seu credenciamento como beneficiários dessas medidas. É possível, portanto, ressaltar que o incremento de ações governamentais dirigidas às culturas ditas tradicionais vem configurando um status de relação no qual as comunidades são objeto de ação do poder público, e reagem às ações através de apropriações que lhes afetam no modo de organização, nas formas de vida e nas relações de produção.

O Baixo São Francisco se tornou objeto desse estudo por conta da ocorrência de uma perícia socioambiental realizada pelo próprio grupo de pesquisa nesta região. Advinda de uma

encomenda do Judiciário, um dos professores integrantes Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Exclusão, Cidadania e Direitos Humanos (GEPEC) foi nomeado como perito dos processos 0002809-27.2002.4.05.8500 e 0000420-35.2003.4.05.8500 da Segunda Vara de Justiça Federal de Sergipe.

A razão que motivou estes processos judiciais é argumentada pelo fato de que a instalação e o funcionamento da Usina Hidrelétrica de Xingó haveria produzido grandes danos socioambientais na vida dos moradores do povoado Cabeço, no município de Brejo Grande/SE, seja pela inundação completa do povoado, seja pela restrição das condições de pesca na região, em uma lide iniciada em 2002. Para a confecção do laudo pericial demandado, a perícia socioambiental, em parte equipe dessa pesquisa, realizou, dentre outras ações, um estudo que totalizou 45 (quarenta e cinco) viagens a campo, passando por 25 (vinte e cinco) localidades da região, realizadas entre junho de 2012 e dezembro de 2014.

As relações entre complexos institucionais e grupos comunitários solicitam análise e acompanhamento uma vez que a própria efetividade da aplicação de políticas públicas que visam preservação ambiental, desenvolvimento produtivo e construção de cidadania apresenta-se como campo de tensões políticas, culturais e existenciais. Tendo isso em vista, a análise documental foi o eixo técnico-metodológico que orientou toda a investigação do estudo. Esta metodologia foi amparada no pensamento arqueológico de Michel Foucault que trata os materiais da pesquisa enquanto documentos monumentalizados. Para Foucault, diante de um documento, cabe ao pesquisador ter certo posicionamento:

não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações (FOUCAULT, 2004, p.7).

Neste sentido, os documentos configuram uma vasta e rica fonte de dados, das mais variadas ordens e que devem ser trabalhados sob uma ótica que os aprecie com uma finalidade específica: relacionar o tema do impacto socioambiental com algumas considerações acerca das políticas públicas de escolarização mediante sua caracterização no território em questão.

O problema das distâncias estabelecidas entre requisitos e ações das políticas educacionais e a sustentação do modo de vida local, assinalado como impacto socioambiental, serve, sobretudo, como forma de apreciação de algumas questões de sustentabilidade vistas no

Baixo São Francisco através da massa documental reunida nesse estudo. Foi a partir desses termos que se elaborou as indicações de ajustamento e resistência conforme apresentadas ao longo dessas linhas. Contudo, para chegar a esse ponto, é necessário, primeiramente, considerar os aspectos referentes às políticas educacionais, ao território pesquisado e ao debate acerca do impacto socioambiental, que leva a sua concepção enquanto distanciamento entre ações institucionais e modos de vida locais.

Educação, sustentabilidade e impacto socioambiental

Inicialmente deve-se enfrentar uma questão que se impõe ao intento dessa exposição: não haveria algum tipo de despropósito, um disparate, na referência às políticas educacionais como produtoras de impacto socioambiental? Não é a escola peça fundamental para a consolidação do desenvolvimento sustentável e para a formação de uma cidadania capacitada e crítica, elemento crucial para a superação desses mesmos impactos? Em que medida se considera a escolarização como parte de um problema dessa natureza quando é ela mesma uma das mais requisitadas vias de solução? A pretendida reflexão se apresenta, antes de tudo, como um intrincado problema. Seu tratamento reivindica que os propósitos políticos do campo da educação sejam vistos desde de sua vinculação às preocupações humanísticas e técnicas para enfrentar os conflitos da sustentabilidade. Assim, é nos termos das mais reconhecidas e valorizadas diretrizes dessas políticas que se deve apreciar o impacto do âmbito da educação escolarizada.

Esse aspecto que foi buscado no trato com os documentos; sua celebração monumentalizada nos textos oferece, desde a primeira visão, os termos do distanciamento percebido em relação aos modos de vida na região. A noção de documento/monumento foucaultiana, segundo Le Goff (1996), permite considerar o documento como o resultado de uma configuração social registrada em tempo e espaço específicos, vendo que ele não é apenas o que fica, perdura e testemunha, mas é o esforço de se solidificar e impor ao futuro uma imagem de tal sociedade. Então, para o pesquisador fazer as suas análises, é necessário que o documento seja pensado enquanto um monumento também. É necessário identificar nele a intencionalidade de ser fortalecido na memória coletiva, fruto das relações de poder que, de nenhuma maneira, foi produzido ingenuamente e isento de interesses.

Os principais documentos utilizados nessa pesquisa foram o laudo socioambiental da perícia no Baixo São Francisco, diários de campo de viagens feitas nos municípios e povoados da região e documentos oficiais presentes na Matriz de Ações do Portal Territórios da Cidadania, programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário que pretendia “promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2014). O Portal funciona como uma espécie de relatório que descreve ações do governo federal nesse programa, constando nele as iniciativas referidas ao Baixo São Francisco.

A investigação desse quadro levou olhar para o âmbito da informação de algumas diretrizes e alguns programas específicos dirigidos à região por um lado, e por outro à pesquisa do cotidiano da vida local, destacando aspectos que dizem respeito a tensões ligadas ao universo escolar, conforme a seção seguinte. Trata-se de observar em que medida as ações governamentais incidem sobre a vida ribeirinha Baixo São Francisco sergipano. É por isso que, nesta análise, é necessário perpassar o campo das ações educacionais enquanto eminentemente políticas públicas.

Souza (2003) concebe políticas públicas como o processo de formulação através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. Pode-se entender que as políticas públicas se caracterizam pelo conjunto particular das atividades governamentais, com suas diretrizes, objetivos e metas, que incidem nos cidadãos.

Não é objetivo, neste trabalho, fazer uma análise geral das políticas públicas, pois esta discussão é ampla e demanda estudos mais longos e específicos sobre o vasto panorama das ações programáticas e dos inúmeros atravessamentos que nelas ocorrem. O olhar aqui se restringe às políticas públicas voltadas para os principais contornos da escolarização neste território. Para melhor contextualiza-lo, serão feitas algumas considerações sobre o que se entende por política de educação, a partir dos textos oficiais do poder público.

Ao consultar as publicações oficiais do Ministério da Educação, as *Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Básica* indica que “a Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2013 p.4)”. Essas diretrizes são a base das políticas de educação através da escola. Sob

este ponto de vista, “a educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças” (BRASIL, 2013, p.4).

Assim, estas diretrizes:

visam estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, por suas competências próprias e complementares, formularão as suas orientações assegurando a integração curricular das três etapas seguintes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico (BRASIL, 2013, p.8).

Também é possível evidenciar, na publicação *Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*, a indicação da educação como direito universal assegurado, através da oferta pública e gratuita, com acesso democratizado e que a permanência também deve ser garantida. Segundo este documento, “é preciso, pois, assumir o acesso à escola pública de qualidade, que garanta a todos os cidadãos a satisfação da necessidade de um contínuo aprendizado, é direito ineludível do povo” (BRASIL, 2014, p.20).

Nesta mesma publicação, podemos encontrar a educação como crucial para a formação do sujeito, pois contribui para:

uma formação integral humanística e científica de sujeitos autônomos, críticos, criativos e protagonistas da cidadania ativa, é decisiva, também, para romper com a condição histórica de subalternidade e de dependência científica, tecnológica e cultural do País” (BRASIL, 2014, p. 20).

O mecanismo que garante os direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, bem como a escolarização, é assegurado pelas políticas públicas na justificativa da superação de vulnerabilidade e riscos da população. No entanto, para que as ações governamentais sejam efetivas, passam para o âmbito da execução conforme as condições de seus programas. É nesse ponto que os distanciamentos produtores de impacto se tornam mais contundentes, principalmente porque, no limite, modificam certas práticas tradicionais e muitas vezes as descaracterizam.

Por esses aspectos que a questão da sustentabilidade se impõe. Uma vez considerada a possibilidade de perda da sustentação de práticas culturais dos diferentes povoamentos pela ação programática e condicionada das políticas educacionais, os efeitos dessas ações podem ser apreciados enquanto impacto socioambiental. A perspectiva da sustentabilidade, por sua vez,

favorece a constatação ampliada desse processo, na medida em que ela mesma se propõe como ampliação do olhar acerca daquilo que implica o desenvolvimento sustentável. Segundo La Rovere (1995), por exemplo, a sustentabilidade pode comportar as dimensões ecológica, econômica, social, cultural e espacial do desenvolvimento. Nesse sentido, avaliar os efeitos das ações das políticas educacionais não se restringe ao âmbito das preocupações setorializadas desse campo, ou meramente à apreciação economicista ou assistenciais de seus respectivos processos.

A questão da sustentabilidade e da produção de impacto socioambiental é um dos grandes problemas contemporâneos, pois diz respeito à ação transformadora que o homem tem para com a natureza e os inúmeros desdobramentos que estas ações possuem. Para pensar isto, os estudos de Foladori (2001) mostram que a sociedade é parte da natureza e está sujeita a sua dinâmica mais ampla, então ela não pode ser pensada em si mesma, numa relação de exterioridade.

Assim, para este autor, o comportamento humano em relação ao ambiente guarda especificidades que devem ser analisadas, a saber que:

por um lado, destaca-se relacionamento com o meio ambiente sobre uma base mediata, isto é, relações crescentemente objetivadas em coisas produzidas. Essas relações mediatas com o entorno constituem as chamadas ‘relações técnicas’ [...] Por outro lado o comportamento do ser humano em relação ao seu ambiente apresenta a peculiaridade de manifestar-se previamente e com um peso de determinação hierárquica prioritário, numa contradição entre os próprios seres humanos. Nesse sentido, pode-se dizer que as relações sociais determinam as relações técnicas (FOLADORI, 2001, p.17).

Trata-se, portanto, de pensar que, ao contrário da priorização das relações técnicas, as relações sociais estão a frente delas, pois a sociedade humana está perpassada por contradições sociais e só é possível pensar na interação homem - ambiente se for possível pensar, a princípio, nas contradições sociais que as sociedades humanas constituem e são constituídas.

De acordo com Foladori (2001), a relação da sociedade humana com o seu ambiente é sempre uma relação na qual intervêm o trabalho humano, os meios de produção e a natureza, sendo que esta combinação se dá de diferentes modos. Para este autor, sobre as relações sociais é possível afirmar:

as relações sociais são as que se estabelecem entre os seres humanos a partir da forma como se distribuem os meios de produção. Essa distribuição dos meios de produção determina um acesso diferenciado ao meio ambiente, graus de intervenção e de decisão diferentes sobre o uso do ambiente e leis que governam o ritmo, a forma e o tipo de recursos a se utilizar (FOLADORI, 2001, p.206).

Essas políticas geram impactos socioambientais na medida em que originam-se de causas externas ao funcionamento de determinadas relações. Servem para sanar problemas oriundos de interesses que não são necessariamente os interesses das pessoas afetadas diretamente por esses dispositivos. E influenciam o modo de vida dessas pessoas trazendo contradições que reverberam nos mais variados contextos de vida.

A forma como cada sociedade configura as relações sociais condiciona sua cultura e o relacionamento com o meio ambiente, como expressa Foladori:

nenhuma geração humana parte do zero, como acontece com todas as gerações de seres vivos de qualquer outra espécie. Ao contrário os seres humanos herdam de seus antepassados determinados meios de produção, distribuídos segundo certas regras. Por isso a maneira como cada sociedade regula a distribuição dos meios de produção (ou seja, o tipo e articulação das relações sociais de produção) condiciona a reprodução da sociedade, sua cultura e o relacionamento com o meio ambiente” (FOLADORI, 2001, p.206).

Uma contradição central no processo de escolarização é que a escola “prepara” os indivíduos para relações técnicas, que não correspondem as relações técnicas da sua realidade social. Sem ainda chegar na documentação da região, o entendimento dessas contradições sociais enquanto impacto a ser visto pela distância das ações institucionais em relação a vida local já se insinua de forma nada discreta. Contudo, a visão se torna mais palpável quando diante do que se conhece através dos registros.

Escolarização e impactos socioambientais no Baixo São Francisco

Segundo o Nascimento e cols (2013), são inúmeros os conflitos socioambientais no Baixo São Francisco, sejam gerados pelo complexo hidroelétrico instalado no rio, sejam oriundos de outras dimensões das contradições sociais. O Baixo São Francisco convive com problemas de pesca, navegação, agricultura e outros, como aqueles relacionados ao abastecimento humano e erosão que afetam as populações ribeirinhas. Nesse sentido, fica apontado o contraste entre as preocupações que emergem, por exemplo, da produtividade do setor energético e a variedade de problemas que recai sobre os povoamentos do território. São imensas as possibilidades de traçar contradições sociais na gama de problemas de sustentabilidade que perpassam a região.

Para descrever esse território, o Portal Territórios da Cidadania oferece a seguinte caracterização:

O Território Baixo São Francisco - SE abrange uma área de 1.967,10 Km² e é composto por 14 municípios: Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco, Telha e Muribeca.” (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2014).

Estes 14 municípios citados estão entre os 25 dos municípios que fazem parte da bacia do Rio São Francisco que, por sua vez, percorre a divisa entre os estados de Sergipe e Alagoas. No lado sergipano, a bacia abrange os territórios administrativos Alto Sertão e Baixo São Francisco. Neste último, apenas 11 destes municípios são objetos deste estudo, por conta da delimitação dos municípios percorridos nos estudos periciais.

Segundo o Portal, a população total do território é de 125.193 habitantes, dos quais 52.536 vivem na área rural, o que corresponde a 41,96% do total. Possui 6.900 agricultores familiares, 907 famílias assentadas e 4 comunidades quilombolas (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2014). Há certas particularidades no que se refere à caracterização deste território, pois pode ser problemático traçar apenas os aspectos físicos, de acordo com a Bacia Hidrográfica, sem que se considere também o território político-administrativo, ou vice-versa. Além dos estados mencionados acima, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco são atravessados pelo rio São Francisco, desde a nascente até a foz.

Segundo Almeida e Vargas (1999) e Buonomassa (2002), a foz do rio São Francisco foi descoberta nos primórdios da exploração da *Terra Brasilis* por parte dos portugueses, em 1501. A existência da cachoeira de Paulo Afonso se constituiu uma barreira intransponível para a navegação do rio e fez com que o interesse por esse curso d'água fosse bastante contido, uma vez que não pôde constituir-se em via de penetração eficaz.

Em relação a ocupação desta região, Alexandre remete à criação de gado que aos poucos sofreu processo de transformação:

a ocupação do Baixo São Francisco Sergipano, assim como quase todo o vale, começou no século XVI com a criação de gado. Os currais foram se multiplicando e alguns desses núcleos agrários transformaram-se em cidades e vilas. O povoamento intensificou-se no século XVII, embora a luta com os holandeses tenha provocado a retirada de parte da população da área (ALEXANDRE, 2003 p.95).

Durante o período colonial, a densidade populacional cresceu ao longo das margens do rio. Alexandre (2003) afirma que gradualmente os estabelecimentos e fazendas de gado espalharam-se das margens do rio para o interior, ao longo de seus afluentes. No entanto:

no final da década de setenta do século XX, a densidade da população era baixa, sendo que as principais indústrias se achavam associadas ao cultivo do arroz e do algodão, bem como a criação de gado para obtenção de carne e leite (ALEXANDRE, 2003 p.95).

Em relação aos dados econômicos, segundo Lima, pode-se considerar que:

o território é responsável por 3,9% do PIB sergipano, sendo o setor de serviços responsável por 62,9% do seu produto, no ano de 2005. O município que apresenta o maior PIB do território é Propriá, que responde por 28,1% do PIB territorial, vindo em seguida Neópolis (16,1%) e Pacatuba (12%), mostrando uma concentração de mais de 56% do PIB nesses três municípios (LIMA, 2008, p. 83).

Por se tratar de um território delimitado como municípios ribeirinhos, pode-se ter a impressão de que as características deles sejam homogêneas, porém, segundo Ferreri (2013), não significa dizer que não haja diferenças entre os municípios que a compõem.

A cidade de Propriá possui grande adensamento populacional urbano e um PIB relativamente alto para região. No entanto, é mais peculiar encontrar municípios com pequena população e com predominância na zona rural, como os municípios de maior área como Canhoba e Japoatã. Esses possuem povoados dispersos em seu território, no caso de Canhoba, por exemplo, há povoados que além de não se comunicarem com a sede em termos de acesso, é preciso adentrar no território de municípios vizinhos para chegar (FERRERI, 2013).

Segundo Mendonça Filho & Carvalho (2016) em seus estudos periciais, “registra-se a elevação no índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nos últimos 20 anos” na região do Baixo São Francisco. Contudo, os autores observam que uma visão mais atenta desses mesmos índices leva à constatação de algumas contradições na leitura do desenvolvimento humano local: “mensurar se a alteração do IDHM foi positiva ou negativa requer considerações sobre as particularidades que as dimensões *Longevidade*, *Educação* e *Renda*, constitutivas deste índice, adquirem em cada município” (MENDONÇA FILHO & CARVALHO, 2016). É nessa direção que os dados sobre educação pendem para a condição da contradição social.

Segundo os autores, a dimensão da educação é a que informa sobre a oportunidade de acesso ao conhecimento, “garantia fundamental para ‘viver uma vida longa e saudável’” (MENDONÇA FILHO & CARVALHO, 2016). Seu apontamentos começam pela apresentação da tabela a seguir:

Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS

27 a 29 de abril de 2016

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS

Universidade Federal de Sergipe – UFS

ISSN:

Tabela: Quadro comparativo entre o critério Educação do IDHM de 2000 e 2010 do Brasil, Sergipe e municípios visitados.

Lugar	COD IBGE	IDHM Educação (2000)	IDHM Educação (2010)
Brasil	--	0,456	0,637
Sergipe	28	0,343	0,56
Amparo de São Francisco (SE)	280010	0,25	0,55
Brejo Grande (SE)	280070	0,209	0,435
Canhoba (SE)	280110	0,252	0,462
Canindé de São Francisco (SE)	280120	0,176	0,435
Ilha das Flores (SE)	280270	0,273	0,469
Japoatã (SE)	280340	0,222	0,455
Neópolis (SE)	280440	0,322	0,505
Nossa Senhora de Lourdes (SE)	280470	0,302	0,532
Pacatuba (SE)	280490	0,187	0,454
Poço Redondo (SE)	280540	0,185	0,376
Porto da Folha (SE)	280560	0,219	0,462
Propriá (SE)	280570	0,421	0,593
Santana do São Francisco (SE)	280640	0,277	0,526
Telha (SE)	280730	0,332	0,542

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Os autores salientam que, dos municípios visitados, “seis possuem IDHM Educação Baixo, os demais, possuem IDHM Educação Muito Baixo. Os municípios Brejo Grande (0,435), Canindé de São Francisco (0,435) e Poço Redondo (0,376), possuem o menor IDHM Educação” (MENDONÇA FILHO & CARVALHO, 2016). Diante disso, prosseguem:

Quando examinados o IDHM e as particularidades das dimensões Longevidade, Renda e Educação, que medem a qualidade de vida das pessoas residentes nos municípios visitados, vê-se uma evolução no grau de desenvolvimento humano destas localidades. Contudo, quando consideradas as observações do trabalho de campo entendemos que estas alterações são negativas, visto que o IDHM Renda e o IDHM Educação, determinantes para uma “vida longa e saudável” ainda mantêm-se nos níveis classificados como “baixo” e “muito baixo”, impactando, dessa forma, na capacidade destas pessoas adquirirem, de maneira autônoma, um padrão de vida de qualidade (MENDONÇA FILHO & CARVALHO, 2016).

Entretanto, ao perfilar os documentos oficiais e os diários de campo a monumentalização do impacto socioambiental ganha fôlego. No que se refere à Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania, os projetos que foram descritos estão com as suas respectivas metas, nos quais, sua suposta execução aparece enunciada sobre o termo “territorializado” (sic).

Na página inicial do Portal da Cidadania é possível encontrar a indicação: “as ações constantes neste relatório estão sendo executadas no Território da Cidadania: Baixo São Francisco – SE”. Destas ações, há indicadores quantitativos das metas que já foram alcançadas para o território e é utilizado o termo “meta territorializada” para estes indicadores. Isto sugere, que “territorializar” vira uma espécie de conclusão, porém de significado enigmático: alcançar o objetivo? Situar as ações aos fins devidos? Prestar contas do feito? Alguém está usando devidamente o material obtido? Este termo remete a um sentido de assistência prestada, mas seu uso chama atenção e pede alguma reflexão, pois talvez escape ao entendimento mesmo de um geógrafo.

Os programas citados por esse relatório não aparecem de forma clara nos registros dos diários de campo. Não há relatos que identifiquem esses programas, tal como citados abaixo:

Computador Interativo: O Computador Interativo é um equipamento que reúne projetor, microfone, DVD e lousa digital. É um Projetor que pode ser utilizado em todas as atividades da Comunidade Escolar (...) Meta Territorializada: 39 equipamentos entregues no Baixo São Francisco – SE (PORTAL DA CIDADANIA, 2014).

Laboratórios de Informática para as Escolas no Campo: Programa educacional voltado para a promoção do uso pedagógico das diversas mídias eletrônicas nas escolas públicas. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios garantem a estrutura mínima para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias. (...) Meta Territorializada: 4 Laboratórios de Informática Entregues no Baixo São Francisco – SE (PORTAL DA CIDADANIA, 2014).

Programa Mais Educação Campo - O Programa Mais Educação Campo integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a Política Nacional de Educação do Campo. É uma estratégia para construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino do campo, favorecendo a ampliação da jornada escolar dos alunos das escolas públicas, com atividades compatíveis com o modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas como do campo, a exemplo dos agricultores, criadores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, povos da floresta, caboclos, dentre outros. Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a superação das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. Meta Territorializada: 34 Escolas Atendidas no Baixo São Francisco – SE (PORTAL DA CIDADANIA, 2014).

Foi possível observar, entretanto, que muitas pessoas foram pouco escolarizadas, especialmente os mais velhos, e que estes aprenderam a lidar com problemas peculiares a seu modo de vida de acordo com as condições locais de enfrentamento das dificuldades, como por

Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS

27 a 29 de abril de 2016

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS

Universidade Federal de Sergipe – UFS

ISSN:

exemplo, cuidar do sustento a partir de pequenas lojas ou mercearias, tal como aparece neste trecho:

(...) a mulher casou-se aos 15 anos, antes disso trabalhava na roça com seu pai. Não foi escolarizada quando criança, já mais velha foi à escola onde aprendeu apenas a escrever seu nome. Disse ter aprendido a se virar com números e leituras com o negócio do mercadinho principalmente porque tinha que ler as embalagens e anotar as contas fiadas dos seus clientes. Comprar fiado é uma prática recorrente no local. Sua irmã, também teve uma vida semelhante quando jovem e também vive do comércio, mas vendendo bijouterias (...). (p.43 Data: 21/11/12 – Roteiro: Muçuípe, Tatu, Propriá)

O muito ou o básico do que a escola pública oferece e pode ser aproveitado naquele território retrata a seguinte contradição: as poucas escolas operam em condições difíceis e evidenciam a precária assistência que lhes são concedidas:

(...) demorou muito até que encontrássemos uma escola em nosso caminho, o que chamou muita atenção, visto a distância que já havíamos percorrido(...) (p.7 Data:13/07/2012 – Roteiro: Brejo Grande)

(...) a escola existente no povoado estava sem professora, pois sempre que alguma professora era mandada para ali não permanecia (...) (p.16 Data: 04/08/2012- Roteiro: Aquidabã, Canhoba, povoado Escurial, Amparo de São Francisco, Telha)

Há também relatos de descaso e abandono por falta de profissionais para trabalhar com equipamentos tecnológicos, bem como os relatos de problemas administrativos:

(...) queixou-se do fato de que a biblioteca estava meio abandonada, principalmente porque lá haviam computadores que já iam completar um ano sem ligar por conta da falta de instalação da internet. Falou que já tentou pressionar de vários modos a prefeitura (...) (p.23 Data:21/08/2012 –Roteiro: Gararu e Porto da Folha)

(...) no povoado existem duas escolas, uma municipal e outra estadual, estudam até o nono ano lá e depois passam a estudar em Poço. Tem um ônibus que sai todo dia do povoado a caminho da escola. Alguns moradores fazem uso deste ônibus pra ir até a cidade resolver coisas ou ir ao médico(...) (p.66 Data: 17/01/2014 Roteiro: Povoado Bonsucesso, Assentamento Bonsucesso, Poço Redondo)

(...) falando de obras recentes, encontramos uma quadra recém inaugurada, uma escola em plena reforma e em contraste, uma bem deteriorada, tiramos algumas fotos dela, durante a ação apareceu um senhor perguntando se éramos da prefeitura e nos dizendo que tinha “limpado” o quintal da escola, sentimos uma apreensão do mesmo, pois estava morando no terreno da escola (...) (p.68 Data: 17/01/2014 Roteiro: Povoado Bonsucesso, Assentamento Bonsucesso, Poço Redondo)

As formas de apropriações do aparato institucional variam, podem ser mencionadas na fala em que os ônibus escolares são utilizados para transportar pessoas para atendimento médico em outra cidade.

Outros relatos mostram que a qualificação através de cursos profissionalizantes ou ensino superior à distância pode significar uma perspectiva de vida melhor, insinuando algum tipo de ajustamento do ponto de vista ribeirinho aos preceitos das políticas educacionais. Porém, para ter acesso a estes cursos é necessário pagar por eles. Além disso, como não se oferece esta modalidade de ensino na rede pública na maioria das cidades, é necessário procurar os cursos na capital do estado:

(...) a menina que estava cuidando da loja tinha 17 anos. Ela disse estar esperando apenas terminar o ensino médio para ir embora dali, quer vir morar em Aracaju porque lá é muito parado (...) (p.43/44 Data: 21/11/12 – Roteiro: Muçuípe, Tatu, Propriá).

(...)a filha dela estuda em Aracaju nos finais de semana pra fazer curso de informática(...) (p.69 Data: 08 e 09/02/2014 Roteiro: Brejo Grande)

(...)ela disse que ia fazer um curso no SEBRAE, uma mulher arranhou uma bolsa, mas tinha de pagar o transporte que custava 150 reais, o pai dela disse que seria bom porque a “minha filha vai ser alguém na vida”, mas não teve condições de continuar a arcar com os custos do transporte, então ela deixou de ir ao curso(...) (p.80/81 Data: 25/04/2014 – Roteiro: Saramém)

Porém, a caracterização do impacto socioambiental enquanto distância dos modos de vida locais aparece de forma direta no registro de uma menina que falseia a redação sobre as férias em função do desencanto com a escola:

Falando das férias escolares uma das meninas comentou que quando o professor pede as tradicionais redações de “como foram suas férias” ela mente dizendo que foi para Aracaju, Pirambu ou passear em qualquer outro lugar, demonstrando um tom de desdém. Outra disse que nas férias é ruim, porque pelo menos na escola ela vê os amigos sempre. (p.80 Data: 25/04/2014 – Roteiro: Saramém)

A presença, no mesmo trecho, de outro discurso sobre as férias escolares o qual mostra a escola enquanto um espaço de socialização importante, favorece o entendimento desses impactos sob a forma de tensões dinâmicas que comportam movimentos vívidos de resistências e ajustamentos em sua cadência de conflitos.

Ajustamento e resistência: dimensões do impacto socioambiental no Baixo São Francisco

Ao tecer um quadro acerca dos programas sociais no Baixo São Francisco, Marques aponta:

na escola muitas vezes faltam professores, no posto, profissionais de saúde e que o sinal de telefone é precário. Além disso, uma vez concluída a formação básica, parece que a

escola não toca mais a vida daqueles que a frequentaram, a não ser que vão embora (MARQUES, 2014).

Essa distância entre as comunidades e as ações do Estado frente a elas, faz com que esta mesma “territorialização” de suas ações seja discutível, em que a meta poderia ter sido alcançada, mas que não se sabe de que modo. Isto é reforçado pelos relatos anteriores em que as pessoas afirmam existir equipamentos nas escolas, mas não são utilizados. Os indicadores “territorializados” não são reconhecidos pela comunidade enquanto ação que a beneficiou.

Esta é uma das feições das contradições, dos impactos socioambientais nos recortes que os documentos mostram. É possível observar que a partir das ações executadas, não há como identificar as escolas atendidas, pessoas capacitadas, nem equipamentos beneficiados. As ações não mostram indivíduos e/ou lugares assistidos, só se conhece o alcance destas no Baixo São Francisco porque o documento é dirigido a este território. No entanto, não é possível saber a que(m) se destina exatamente.

Muitos aspectos das formas de viver, especificamente do âmbito escolar, passam a ser determinados pelo fator exterior, gerado pela dependência dos recursos que os programas estatais oferecem. O enfoque das medidas, supostamente, é de tentar amenizar as contradições, “reparar os danos” que a configuração deste modo de produção capitalista cria.

Resistir e ajustar são, portanto, termos, dimensões da movimentação da comunidade local frente aos processos que os arrebatam. São as faces presentes no monumento à distância que se apresenta entre a sociabilidade local e os prestamentos da educação escolarizada. O sentido da “resistência” se refere ao fato de que, muitas vezes, as políticas públicas não regem a vida dos grupos locais no território do Baixo São Francisco. Há certos arranjos necessariamente produzidos a partir delas, e que chegam às raias da quebra da legalidade por elas impostas, o que resulta em acréscimo de tensões que impactam seriamente a vida local. O olhar que vem pela lente da sustentabilidade é capaz de produzir a visibilidade desses conflitos, passo fundamental para enfrentar os danos daí provenientes.

REFERÊNCIAS:

ALEXANDRE, Lillian Maria de Mesquita. **Políticas Públicas de Turismo nos Municípios Ribeirinhos do São Francisco Sergipano: Avaliação do PRODETUR/NE I**. Dissertação do mestrado – São Cristóvão, 2003.

BUONAMASSA, Stefania. **O grão só cumpre seu destino quando enterrado – A visão de mundo do agricultor do Perímetro Irrigado de Propriá entre a tradição e atualidade**. Dissertação do mestrado – São Cristóvão, 2002.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 30/07/2015.

_____. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC 2014 Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 30/07/2015.

FERRERI, Marcelo Almeida de. **Diagnóstico dos homicídios no Baixo São Francisco: levantamento e caracterização dos homicídios por motivos fúteis**. Relatório de pesquisa. Aracaju: FAPITEC, 2013.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LA ROVERE, Emilio L. O desenvolvimento sustentável a longo prazo no Brasil In: D'Ávila Neto, M. I. (org.) **Desenvolvimento Social: desafios e estratégias**. Rio de Janeiro: Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável /UFRJ, 1995.

LE GOFF, Jacques. **Historia e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LIMA, Rodrigo Rocha Pereira. **Território e arranjos produtivos locais em Sergipe: em busca da endogeneização do desenvolvimento**. Dissertação do Mestrado – São Cristóvão, 2008.

MARQUES, Levi Anjos. **Relatório final de estágio institucional supervisionado**. Departamento de Psicologia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

MENDONÇA FILHO, Manoel C. C. & CARVALHO, Clarissa A. **Laudo de Perícia Socioambiental**. Aracaju: 2ª Vara de Justiça Federal, 2016.

NASCIMENTO, Melchior Carlos do & cols. **Relatório técnico da campanha de avaliação das mudanças socioambientais decorrentes da regularização das vazões no baixo Rio São Francisco** / Melchior Carlos do Nascimento, Carlos Eduardo Ribeiro Júnior, Antenor de Oliveira Aguiar Netto – Maceió, AL, 2013.

PORTAL DA CIDADANIA. **Territórios da cidadania**. Brasília: Governo Federal, 2010 disponível em: www.mda.gov.br/sitemda/tags/territorios-da-cidadania. Acesso em: 27/07/2014.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.